



EDIÇÃO
ESCOLA SUPERIOR DE
EDUCAÇÃO DE COIMBRA

DEZEMBRO 2023

GÉNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E DIREITOS HUMANOS

FILOMENA TEIXEIRA
ANA FRIAS
SUSANA SILVEIRA
DULCE VAZ
JOSÉ MORGADO
PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO
ANA CLÁUDIA BORTOLOZZI
ISABEL CHAGAS
TERESA VILAÇA
ISABEL MARTINS
CÉLIA REGINA ROSSI
SÓNIA MARTINS DE MELO



Escola Superior
de Educação
Politécnico de Coimbra

FICHA TÉCNICA

Título

Género, Diversidade Sexual e Direitos Humanos

Edição

Escola Superior de Educação de Coimbra



Data

dezembro 2023



Centro de Investigação, Desenvolvimento e Tecnologia na Formação de Formadores

ISBN

978-989-9145-09-2



Universidade do Minho



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"



Coordenação
Filomena Teixeira, Ana Frias, Susana Silveira,
Dulce Vaz, José Morgado, Paulo Rennes Marçal
Ribeiro, Ana Cláudia Bortolozzi, Isabel Chagas,
Teresa Vilaça, Isabel Martins, Célia Regina Rossi,
Sónia Martins de Melo

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA.....	6
“IDEOLOGIA DE GÉNERO”, POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	7
ANTÓNIO FERNANDO CASCAIS	
PANDEMIAS, EDUCAÇÃO E VIGILÂNCIA MORAL: REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES NÃO MONOGÂMICAS EM CRISES DE SAÚDE.....	13
PABLO PÉREZ NAVARRO	
O DUPLO PROBLEMA DA PORNOGRAFIA GAY NA ARTE: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIVERSIDADE SEXUAL	19
BRUNO MARQUES	
FEMVERTISING: A PUBLICIDADE PODE CONTRIBUIR PARA O EMPODERAMENTO DA MULHER NA SOCIEDADE?.....	29
JORGE VERÍSSIMO	
ABORDAJE DEL PRINCIPIO DE IGUALDAD Y SEXUALIDAD EN LAS INSTITUCIONES EDUCATIVAS DESDE LAS PEDAGOGÍAS FEMINISTAS INTERSECCIONALES.....	41
MARÍA TERESA BEJARANO-FRANCO, IRENE MARTÍNEZ-MARTÍN	
PERCEÇÕES SOBRE A IGUALDADE E OS PAPÉIS DE GÉNERO: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PESSOAS VÍTIMAS E NÃO VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	48
MARIA JOÃO DIAS, CRISTINA C. VIEIRA	
PORN AS INFORMAL DIGITAL SEXUAL EDUCATION? CHALLENGES AND OPPORTUNITIES FROM THE YOUTH IN CATALONIA	53
LAURA FERNÁNDEZ, MARIA-JOSE MASANET, SERGIO VILLANUEVA	
“A CAMPANHA ABGLBTQIA+” E O DISCURSO DE ÓDIO NOS MEDIA	57
FILOMENA TEIXEIRA, ANA FRIAS, FERNANDO MOREIRA MARQUES	
O DIREITO À MATERNIDADE PELA VOZ DE MULHERES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	63
PRISCILA FOGER MARQUES, ANA CLÁUDIA BORTOLOZZI	
MULHERES E CIÊNCIA: UM OLHAR PARA AS NARRATIVAS E PARA AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DE CIENTISTAS MÃES, NA PANDEMIA.....	69
SUSANA DA MATA RAMOS GEPPERT, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO	
CIÊNCIA OU FALÁCIA? REFLEXÕES SOBRE O DEBATE SOBRE “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL	75
EDUARDO DE MEDEIROS PERETTI, SONIA MARIA MARTINS DE MELO	
ANÁLISE DO DISCURSO DA EXTREMA DIREITA PARA DESLEGITIMAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES COM LIBERDADE SEXUAL	80
SOFIA FERNANDES DE OLIVEIRA, CÉLIA REGINA ROSSI	

A EDUCAÇÃO SEXUAL VIVENCIADA POR ADULTOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS	85
ANA CARLA VIEIRA OTTONI, ANA CLÁUDIA BORTOLOZZI	
A EDUCAÇÃO SEXUAL ENQUANTO ELEMENTO DE TRANSFORMAÇÃO: NOTAS PARA REFLEXÃO DE PROFESSORES	91
GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA, MICHELE GARCIA, PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO	
ESCOLA, DOCÊNCIA E INFÂNCIA: QUESTÕES DE GÊNERO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS PRIMEIROS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	97
RINALDO CORRER, CLÁUDIO RODRIGUES ALVES	
PERCEÇÃO DE ESTUDANTES E DE PESSOAS COM 60+ ANOS SOBRE O CORPO IDOSO	101
ANA FRIAS, FILOMENA TEIXEIRA	
SÉRIE CONTROL Z: DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA PRIMEIRA TEMPORADA	106
LETIANE OLIVEIRA DA FONSECA, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO	
ESCUTA FEMINISTA COMO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO E CUIDADO ENTRE JOVENS MULHERES ...	110
JULIA OGASHAWARA DE OLIVIERA, RAQUEL BAPTISTA SPAZIANI	
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO CONCEITO DE HETERONORMATIVIDADE DE PROFESSORAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	115
RINALDO CORRER, LILIAN DE OLIVEIRA LINO	
DISCURSOS ANTIFEMINISTAS ONLINE: UNA APROXIMACIÓN EMPÍRICA DESDE LA JUVENTUD EN CATALUÑA	120
ANNA IÑIGO, LAURA FERNÁNDEZ	
GÊNERO, SAÚDE E OS MEDIA: UMA INTERVENÇÃO COM ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL	125
ALANA DE ANDRADE SANTANA, CLÁUDIA DIAS PRIOSTE, FILOMENA TEIXEIRA	
A EDUCAÇÃO SEXUAL COMO PRESSUPOSTO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA	131
GABRIELLA ROSSETTI FERREIRA, MICHELE GARCIA, PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO	
GÊNERO E CIÊNCIA NO YOUTUBE: TECENDO ALGUMAS ANÁLISES	136
YASMIN TEIXEIRA MELLO, JOANALIRA CORPES MAGALHÃES, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO	
O ASSÉDIO SEXUAL NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL – REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES RELATIVAMENTE AO GÊNERO	141
DANIELA SOFIA NETO	
GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: PERCEÇÕES DE FUTUROS/AS DOCENTES	146
MARCUS PEREIRA JUNIOR, FILOMENA TEIXEIRA, ANA VALENTE RODRIGUES	
PESSOAS TRANS, SAÚDE REPRODUTIVA E DIREITOS HUMANOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE O TEMA EM PORTUGAL	152
PAULA DÜRKS CASSOL	
A NEGLIGÊNCIA DA DIMENSÃO DA SEXUALIDADE NO TRATAMENTO DE PACIENTES NEUROLÓGICOS: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS	157
FABIANA DURANTE DE MEDEIROS	

DIVERSIDADE DE GÊNERO: PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A INCLUSÃO PRODUTIVA NO MERCADO DE TRABALHO	162
ANA PAULA SPECK FEIJÓ, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO	
ESTUDANTES TRANS: NARRATIVAS ESCOLARES RELACIONADAS AO PRECONCEITO	167
VIVIANE HASFELD MACHADO, JOANALIRA CORPES MAGALHÃES, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO	
OS MEDIA, VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E A INVISIBILIZAÇÃO DO TERMO FEMINICÍDIO	172
LUMA FLÁVIA JOSINO	
O MUNDO MASCULINO NA POESIA DO JORNAL ALTO MADEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX: NOTAS PRELIMINARES DE PESQUISA	176
JOÃO GUILHERME RODRIGUES MENDONÇA, PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO	
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, GÊNERO, SEXUALIDADE E MÍDIAS: DIÁLOGOS ENTRE BRASIL E PORTUGAL NA PÓS-GRADUAÇÃO	181
FABIANE FREIRE FRANÇA, FILOMENA TEIXEIRA	
TECENDO ENFRENTAMENTOS À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	186
RAQUEL BAPTISTA SPAZIANI, BIANCA MONDIN DOS SANTOS MENDONÇA RAYMUNDO, BRUNA PEREIRA BINI, HELENA FREIRE WOIGT, LETÍCIA QUESADA FABIÃO ALVES, LUÍSA SEGALLA DE CARVALHO, MARIANA SANTANA DOS SANTOS, SUSANA SIEIRO BANDEIRA	
SERVIÇOS FARMACÊUTICOS E A FARMÁCIA INCLUSIVA: POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	191
RAQUEL REGINA DUARTE MOREIRA, KATELLYN COSTA SILVA	
O PROJETO KINDER NO ENSINO DA LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA: RELATO DE UM PERCURSO	195
ISABEL CORREIA, SOFIA GONÇALVES, TATIANA MOURA	
UM RELATO SOBRE O PROJETO “CORPOS QUE TRANSITAM NO ESPAÇO ESCOLAR: UMA INVESTIGAÇÃO COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO”	200
TAINÁ DOS REIS GARCIA, PAULA REGINA COSTA RIBEIRO	
DECLARAÇÃO DE COIMBRA.....	206

PANDEMIAS, EDUCAÇÃO E VIGILÂNCIA MORAL: REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES NÃO MONOGÂMICAS EM CRISES DE SAÚDE

Pablo Pérez Navarro
Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra
pabloperrez@ces.uc.pt

Resumo

Este estudo, situado no contexto geográfico do Brasil e no período moldado pela pandemia de Covid-19, explora o imperativo cultural da monogamia na legislação, nas campanhas educativas e nas políticas de ordem pública. O objetivo central é argumentar que durante a crise pandêmica, a monogamia viu-se intensificada como um princípio para a organização do campo da sexualidade e das relações de parentesco. Além disso, pretende ser uma contribuição para a compreensão de algumas das formas em que as normas excepcionais, implementadas em momentos de crise, sedimentam como elementos constitutivos da ordem pública.

Palavras-chave: Biopolítica; pandemias; educação; saúde pública; ordem pública

Abstract

This study, located in the geographical context of Brazil and within the period shaped by the Covid-19 pandemic, explores the cultural imperative of monogamy in legislation, educational campaigns, and public policy. The central objective is to argue that during the pandemic crisis monogamy became intensified as a principle for organizing the field of sexuality and kinship relations. Furthermore, it aims to contribute to the understanding of some of the ways in which exceptional norms, implemented in moments of crisis, solidify as constituent elements of public order.

Keywords: Biopolitics; pandemics; education; public health; public order

INTRODUÇÃO

Tomando como inspiração a abordagem da heterossexualidade como um regime político, conforme proposto pelo feminismo lésbico e pelas teorias queer, este estudo parte do pressuposto de que a *mononormatividade* (Porto, 2018) permeia o aparato jurídico do Estado e, simultaneamente, transcende-o, impregnando as relações sociais e práticas culturais de maneiras nem sempre evidentes. Partindo dessa intuição, inicio esta reflexão com uma análise das brechas na esfera jurídica da monogamia no Brasil. Em seguida, apresento uma análise das interações entre o Estado e a monogamia no contexto das políticas de saúde pública. A partir dessa discussão, abordo a tendência à *monogamização* (Rothmüller, 2021) das relações durante a pandemia de Covid-19 e a representação das dissidências relacionais como ameaça à ordem social. Para concluir, proponho uma análise da criminalização das festas da juventude das

periferias de Salvador, Bahia, como exemplo da consolidação da monogamia como política de ordem pública.

METODOLOGIA

Esta série interconectada de questões forma o núcleo do projeto *TRIALOGUES - Biopolíticas Emergentes de Gênero, Parentesco e Reprodução* (v. nota 1), um estudo de três anos conduzido pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, em colaboração com a Universidade Federal da Bahia (UFBA). O estudo englobou uma fase de trabalho de campo em Salvador de Bahia, durante a qual conduzi entrevistas biográficas com dez pessoas que se autodefiniram como "não monogâmicas" que seguiram o Método Interpretativo de Narrativas Biográficas (Wengraf, 2003) e oito entrevistas a pessoas expertas.

RECONHECIMENTO JURÍDICO DAS NÃO MONOGAMIAS NO BRASIL

Antes de explorarmos a relação entre a monogamia e a crise da pandemia, é crucial compreender que a monogamia está profundamente enraizada no Brasil, devido à influência do direito canônico europeu durante o período colonial (Núñez et al., 2021). No entanto, nas últimas décadas, surgiram alguns desafios à ordem monogâmica. Primeiramente, o conceito de "concubinato" foi redefinido nas décadas de 1960 e 1970 com o apoio das lutas feministas, deixando de ser uma figura desprotegida e estigmatizada para adquirir uma posição social vulnerável com direitos legais, como herança e pensões alimentícias. Além disso, em 2016, o STF reconheceu certas formas de multiparentalidade, derivadas da chamada parentalidade socioafetiva (Calderón, 2018). Isso possibilitou que uma criança tivesse mais de duas figuras parentais, abrindo caminho para o reconhecimento de parentalidades em contextos não monogâmicos. Em terceiro lugar, a partir de 2012, houve tentativas de formalizar relacionamentos *poliafetivos* por meio de escrituras públicas em cartórios em várias cidades brasileiras (Pilão, 2021).

No entanto, essas tentativas de reconhecimento enfrentaram uma série de retrocessos conservadores. O STF reverteu a tendência no reconhecimento das uniões estáveis paralelas ao casamento, com uma decisão em 2020 que apelava à monogamia como princípio do ordenamento jurídico. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por sua vez, bloqueou em 2018 a lavratura de escrituras não monogâmicas nos cartórios e tornou mais rigoroso o reconhecimento da multiparentalidade (IBDFAM, 2022).

Apesar dos obstáculos, continuam surgindo notícias sobre decisões judiciais que permitem reconhecimentos pontuais de uniões estáveis poliafetivas e, também, de certidões de nascimento com três figuras parentais.

MONOGAMIA E EDUCAÇÃO

Antes de adentrarmos na discussão sobre a relação entre a monogamia e crises de saúde, é fundamental considerar que a promoção da monogamia tem se estendido ao campo da saúde pública por meio de diversas campanhas educacionais. Uma destas campanhas é o programa educativo "Famílias Fortes", uma versão brasileira do programa "Strengthening Families Programme" (SFP 10-14 UK). Implementado pelo governo de Dilma Rousseff e refinanciado pelo de Jair Bolsonaro, esse programa foi desenvolvido na década de 1980 por Karol L. Kumpfer, com objetivo orientar crianças e adolescentes na redução de riscos tais como o uso de drogas, gravidez indesejada, infecções sexualmente transmissíveis e comportamento antissocial (Kumpfer & Magalhães, 2018). O programa enfatiza a importância da estrutura familiar, particularmente da família baseada no casamento e na fidelidade sexual. De facto, uma das evidências empíricas da eficácia do programa foi a redução do número de participantes que relataram ter tido mais de um/a parceiro/a sexual nos últimos doze meses após a participação no programa (Spath et al., 2014). Isso demonstra que o programa não apenas atua como uma estratégia educacional, mas também reforça a monogamia e a abstinência enquanto políticas de saúde pública. Com objetivos muito similares, a campanha #TudoTemSeuTempo foi lançada a inícios de 2020 pelo Ministério da Família e dos Direitos Humanos, destacando a abstinência como o método mais eficaz para prevenir a gravidez e as infecções de transmissão sexual (Carmo, 2019).

Naturalmente, essas campanhas foram alvo de críticas contundentes, que argumentaram que o silenciamento dos métodos contraceptivos, poderia agravar os riscos assinalados. Além disso, a campanha foi criticada por seu viés de gênero, que enfatizava que as mulheres, em particular, deveriam adiar o início da atividade sexual até estabelecer uma relação reciprocamente monógama. Ao mesmo tempo, foi assinalado que quando a ofensiva antigênero (Corredor, 2019) reforça as ansiedades culturais em torno da promiscuidade e do início da atividade sexual, continua um caminho iniciado décadas atrás pela reação conservadora à crise do HIV.

O IMPACTO DA PANDEMIA NAS RELAÇÕES NÃO MONOGÂMICAS

Imediatamente depois do lançamento dessa última campanha, a pandemia de COVID-19, com suas diretrizes de distanciamento social e apelos por "sexo mais seguro", promoveu a busca de refúgio na família nuclear ou em um número muito limitado de relacionamentos. Nesse processo, diretrizes sobre "sexo mais seguro" como as difundidas pelo Departamento de Saúde de Nova Iorque são dignas de nota, toda vez que foram traduzidas e divulgadas no Brasil por algumas das instituições de saúde pública mais ativas na luta contra o discurso negacionista do governo central (Fiocruz, 2021), e incluíram diretrizes como a recomendação de que "se dois é companhia, então três (ou mais) é definitivamente uma multidão" (Health, 2021).

Esse foi o contexto em Catarina, uma mulher indígena de 28 anos, viu o fim de seu relacionamento aberto com outra mulher durante a pandemia. Elas começaram a se encontrar com menos frequência, e a simples ideia de estar fisicamente com outra pessoa tornou-se

inimaginável. Ariel, uma travesti não binária, branca, por sua vez, restringiu seus contatos durante os períodos de confinamento à sua família biológica e a duas relações consolidadas. Eduardo, um entrevistado branco e gay, voltou para o interior com seu namorado após perderem seus empregos, interrompendo assim seu processo de exploração das não monogâmias. O que esses e outros muitos exemplos similares sugerem que, durante a pandemia de covid-19, os relacionamentos não monogâmicos foram forçados a buscar refúgio na família nuclear e em relações consolidadas, num contexto em que as relações não monogâmicas foram representadas como ameaças de saúde pública.

MONONORMATIVIDADE E CRIMINALIZAÇÃO DAS FESTAS 'PAREDÃO'

Para além dos efeitos descritos na esfera privada, a mononormatividade também desempenha um papel na organização do acesso, trânsito e uso do espaço público. Um exemplo disso é a criminalização das festas chamadas "paredão", que ocorrem nas ruas dos bairros periféricos das grandes cidades do Brasil e que, durante a pandemia de COVID-19, essas festas foram enquadradas como "crimes contra a saúde pública" (Araújo, 2020) pelo governador Rui Costa, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como exemplo representativo, pode-se lembrar que no estado da Bahia, em particular, a polícia militar realizou mais de mil e trezentas intervenções para impedir essas festas em apenas três meses, no início de 2021 (Wendell & Vilar, 2021), ao tempo que outras atividades culturais eram permitidas em espaços fechados. De facto, essa proibição gerou críticas, incluindo dentro do próprio PT, com a percepção de que era uma política discriminatória e racista. No entanto, a repressão das festas do "paredão" foi amplamente apoiada pela mídia local, alimentando uma retórica de pânico moral em torno da juventude que participa desses eventos, e destacando a presença de atividades sexuais, tanto reais como simuladas nas danças habituais nesse tipo de festas, identificando as participantes que foram estigmatizadas como sujeitos moralmente abjetos. Em particular, a figura do "putão", jovens que se relacionam com várias pessoas, e da "puta", jovens que afirmam sua autonomia sexual através de danças provocativas (Pinho, 2019), se tornaram em alvos específicos da estigmatização.

Na minha perspectiva, a repressão das festas do "paredão" faz parte de um processo mais amplo de "desafricanização" do espaço público, onde a sociedade tenta apagar vestígios da influência africana e negra enquanto explora a força de trabalho dessas populações em trabalhos precarizados. Nesse sentido, cabe estabelecer uma ponte histórica entre a perseguição da cultura negra no espaço público da cidade de Salvador no final do século XIX, em nome do "progresso, a civilização e a higiene" (Trois, 2021, p. 46), e a que se produz em nome de valores similares durante a pandemia de COVID-19. Nesse processo, as narrativas de pânico em torno da cultura periférica desviam a atenção das causas estruturais da super-representação da população negra nas taxas de mortalidade por COVID-19, como a falta de infraestrutura básica e más condições habitacionais nas periferias urbanas.

LIÇÕES DAS CRISES DO HIV/AIDS E DA COVID-19

Os episódios pandêmicos, tanto o HIV/AIDS quanto a covid-19, representam oportunidades para a intensificação da vigilância moral sobre comportamentos e a medicalização do espaço público. Como nos ensinou Foucault, essa tendência não é única na história das pandemias. No entanto, às vezes, é mais difícil detetar os pressupostos morais subjacentes quando os discursos vêm da oposição às forças conservadoras. No caso do Brasil, a necessidade de combater o negacionismo do governo Bolsonaro levou a excessos higienistas em algumas respostas à pandemia pela parte da oposição da esquerda parlamentar, nas políticas institucionais e, sobre tudo, nos discursos que as acompanharam. Em suma, as pandemias não apenas afetam a saúde pública, mas também servem como desculpa para a sedimentação na ordem pública de normas morais e culturais profundamente enraizadas na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, J. (2020, August 19). Rui Costa diz que paredes serão enquadrados como crime contra saúde pública. *Muita Informação*. <https://muitainformacao.com.br/post/16085-rui-costa-diz-que-paredoes-serao-enquadrados-como-crime-contra-saude-publica>
- Calderón, R. (2018). Reflexos da decisão do STF de acolher socioafectividade e multiparentalidade. 1–6.
- Carmo, M. (2019, May 31). Damares defende que escolas discutam abstinência sexual e critica Popeye. *BBC News Brasil*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48479429>
- Corredor, E. S. (2019). Unpacking “Gender Ideology” and the Global Right’s Antigender Countermovement. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 44(3), 613–638.
- Health, N. (2021). *Sexo mais seguro e a Covid-19*. Fiocruz Brasília. <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/03/covid-sex-guidance-pt.pdf>
- IBDFAM. (2022, April 20). *Trisal pretende acionar Justiça de São Paulo para filho recém-nascido ter nome do pai e das duas mães no registro civil*. Trisal pretende acionar Justiça de São Paulo para filho recém-nascido ter nome do pai e das duas mães no registro civil.
- Kumpfer, K. L., & Magalhães, C. (2018). Strengthening Families Program: An Evidence-Based Family Intervention for Parents of High-Risk Children and Adolescents. *Journal of Child & Adolescent Substance Abuse*, 27(3), 174–179.
- Núñez, G., Manuel De Oliveira, J., Coelho, M., & Lago, S. (2021). Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena. *Programa de Pós-Graduação Em Ciências Sociais*, 16, 76–88.
- Pilão, A. (2021). Normas em movimento: monogamia e poliamor no contexto jurídico brasileiro. *Teoria e Cultura*, 16(3), 103–115.
- Pinho, O. (2019). Praxis estética no pagodão periférico. In *Nó em pingão d’agua. Sobrevivência, cultura e linguagem* (pp. 223–251). Mórula.
- Porto, D. (2018). Mononormatividade, intimidade e cidadania. *Revista Direito GV*, 14(2), 654–681.
- Rothmüller, B. (2021). The grip of pandemic mononormativity in Austria and Germany. *Culture, Health and Sexuality*, 23(11), 1573–1590.

- Spoth, R., Clair, S., & Trudeau, L. (2014). Universal Family-Focused Intervention with Young Adolescents: Effects on Health-Risking Sexual Behaviors and STDs Among Young Adults. *Prevention Science, 15*(S1), 47–58.
- Troi, M. De. (2021). Salvador, cidade movente: Corpos dissidentes, mobilidades e direito á cidade (Vol. 9, Issue 2) [Universidade Federal da Bahia].
- Wendell, B., & Vilar, M. (2021). Bahia tem 1,3 mil festas e paredões encerrados em 3 meses. *Correio*. https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-tem-13-mil-festas-e-paredoes-encerrados-em-3-meses/?utm_source=pocket_mylist
- Wengraf, T. (2003). Qualitative Research Interviewing: Biographic Narrative and Semi-Structured Methods. *Human Resource Development Quarterly, 14*(1), 117–122.